

Bisol denuncia rede secreta de manipulação

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da sub-comissão patrimonial da CPI do Orçamento, com base na análise dos documentos apreendidos na sede da empresa Odebrecht, em Brasília, revelou que existe uma organização secreta que manipula as decisões relacionadas com o Orçamento da União, assim como os editais de licitações, mantendo total controle sobre os parlamentares.

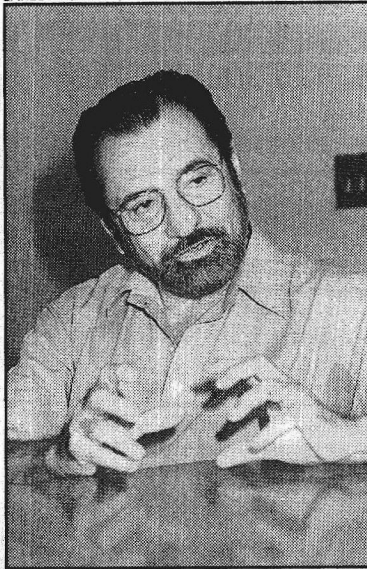
Esta organização, que assim se autodenomina na documentação apreendida pela Polícia Federal, é composta pelas grandes empreiteiras e chega ao requinte de classificar os parlamentares em três categorias: os que exigem pagamento regular, os que querem, apenas, a garantia de financiamento das campanhas eleitorais e os que têm afinidades ideológicas com "os interesses da companhia" e apenas recebem presentes, além de ajuda para a campanha.

"Aparecem nomes respeitáveis, capazes de corar qualquer pessoa", observa o senador José Paulo Bisol, acentuando que esse esquema montado dentro do Estado revela que o aparelho estatal brasileiro "está completamente apodrecido". Bisol acha que não está apodrecido só o Legislativo, mas, também, o Executivo e Judiciário.

Mais do que isso, esta organização controla a elaboração do Orçamento, influi decisivamente na definição das grandes obras, e está presente em todos os planos — no federal tanto quanto no estadual e no municipal. "Eles chegam ao requinte de ter formulários diversos de editais de licitação, formulários de requerimento com os timbres das repartições", revela o senador.

Embaraços — A abrangência e profundidade do esquema contaminou de tal forma o Con-

CARLOS MOURA



Bisol: três categorias

gresso que Bisol já não acredita que a instituição tenha as condições necessárias para chegar ao final de uma investigação, concluindo pela punição do número certo de responsáveis. O senador já nota que começam a surgir constrangimentos dentro do Congresso que ameaçam embaraçar os movimentos da CPI.

Ao reconhecer que as teias da corrupção abraçaram o Legislativo, mas também o Executivo e o Judiciário, Bisol reitera a sua sugestão, já formulada ao Presidente da República, para que Itamar Franco constitua uma comissão de alto nível, com figuras de escol da sociedade, para investigar os três Poderes e apresentar suas conclusões, indicando culpados e apresentando sugestões para eliminar a corrupção.

A organização não seria possível, como não o seria o esquema Collor-PC Farias, se não contasse com a cumplicidade, mais do que com a convivência do sistema bancário, do sistema financeiro. Nota Bisol que, apesar das denúncias feitas pela CPI do PC, nada aconteceu aos bancos que tomaram a iniciativa de abrir contas-fantasmas para alimentar o esquema de extorsão montado no aparelho do Estado por PC Farias.

Inspeção — Auditores do

Banco Central realizaram uma inspeção rigorosa, elaborando um relatório no qual propunha o fechamento de algumas instituições bancárias. Essa parte do relatório que propunha o fechamento de bancos, desapareceu misteriosamente no Banco Central, o que obrigou o senador José Paulo Bisol a elaborar um duro requerimento de informações para conhecer toda a verdade.

A rigorosa investigação que o senador decidiu realizar preocupa muitos membros da CPI, incluindo o presidente da própria comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), além de eminentes figuras do Congresso. Uma das mais respeitadas lideranças, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), procurou o presidente da CPI para lhe mostrar os riscos que corre a instituição:

"Passarinho, acabe logo essa CPI antes que ela acaba com o Congresso".

José Paulo Bisol sustenta que muito contribui para o apodrecimento geral das instituições do Estado, contaminadas pela corrupção, a nossa tradição cultural, que faz com que todos achem que os recursos do Estado são inesgotáveis.

Bisol não crê que a legislação seja tão importante — acredita que a excessiva legislação que temos já faz parte dessa cultura da corrupção, mas não é a legislação que tem o papel primordial. No caso, ela é uma parte. A mentalidade da elite, sobretudo, é que favorece o crescimento dos tentáculos da corrupção por toda a máquina do Estado.

Na documentação apreendida na representação da Odebrecht, em Brasília, existe um expediente assinado pelo deputado Miguel Arraes (PSB-PE), solicitando um financiamento de 30 mil dólares para a campanha eleitoral, segundo revelou um dos parlamentares que tiveram acesso aos documentos. A mesma fonte acrescentou que há muitos outros "nomes conspícuos" integrando a relação nos documentos dos políticos que recebem financiamento das empreiteiras.